



Mudanças no comportamento paternal: como a necessidade de ser amado impacta as expectativas de respeito

Changes in fatherly behavior: how the need to be loved impacts expectations of respect

Aloisio José dos Reis¹ Rita de Cassia de Araújo²
Roseane Marçal de Lima Souza³

Submetido: 02/01/2025 Aprovado: 10/02/2026 Publicação: 25/02 /2026

RESUMO

Este artigo analisa as transformações históricas, sociais, culturais e afetivas relacionadas ao exercício da paternidade, destacando a passagem de um modelo centrado na autoridade, no provimento financeiro e no distanciamento emocional para uma atuação mais presente, participativa e afetiva. O estudo desenvolve uma reflexão teórica sobre as mudanças nas configurações familiares e sobre os fatores que influenciam o envolvimento paterno, considerando dimensões como interação, disponibilidade e responsabilidade. Discute-se também como a busca por amor, reconhecimento e respeito interfere na maneira como os homens constroem sua identidade paterna e estabelecem vínculos com os filhos. A análise evidencia que o pai contemporâneo é chamado a compartilhar cuidados, tarefas domésticas e responsabilidades educativas, contribuindo para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança. Ressalta-se que a função paterna não se limita ao sustento material, pois envolve presença qualificada, proteção, estabelecimento de limites, escuta, diálogo e demonstrações de afeto. Conclui-se que a paternidade contemporânea constitui um processo dinâmico e singular, construído a partir da história de vida, do contexto familiar e da cultura de cada indivíduo. O equilíbrio entre afeto, autoridade, responsabilidade e presença favorece vínculos familiares mais seguros e contribui para a formação de indivíduos emocionalmente saudáveis e socialmente integrados.

Palavras-chave: Impacto; Mudança; Paternidade; Respeito.

ABSTRACT

This article analyzes the historical, social, cultural, and emotional transformations related to fatherhood, highlighting the transition from a model centered on authority, financial provision, and emotional distance to a more present, participatory, and affectionate form of paternal involvement. The study develops a theoretical reflection on changes in family structures and on the factors that influence paternal engagement, considering dimensions such as interaction, availability, and responsibility. It also discusses how the search for love, recognition, and respect affects the way men construct their paternal identity and establish bonds with their children. The analysis shows that contemporary fathers are expected to share caregiving, household tasks, and educational responsibilities, thereby contributing to children's emotional, social, and cognitive development. The paternal role is not limited to material support, as it also involves qualified presence, protection, limit-setting, listening, dialogue, and demonstrations of affection. The study concludes that contemporary fatherhood is a dynamic and individual process, shaped by each person's life history, family context, and culture. Balancing affection, authority, responsibility, and presence strengthens family bonds and contributes to the development of emotionally healthy and socially integrated individuals.

Keywords: Impact. Change; Fatherhood; Respect.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. ✉ reissind@hotmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. ✉ reissind@hotmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. ✉ reissind@hotmail.com

1. Introdução

A paternidade, ao longo da história, tem passado por profundas transformações que refletem as mudanças sociais, culturais e afetivas da estrutura familiar. Se, em tempos passados, o pai era visto primordialmente como figura de autoridade, provedor financeiro e símbolo da lei, nas últimas décadas esse papel vem sendo redimensionado em direção a uma presença mais afetiva, participativa e emocionalmente engajada. As novas configurações familiares, o avanço dos movimentos sociais e a conquista da igualdade de gênero provocaram uma reformulação significativa nas expectativas sociais e subjetivas em torno da figura paterna.

Ser pai, na contemporaneidade, significa muito mais do que prover sustento ou exercer autoridade: trata-se de estabelecer vínculos de amor, cuidado e responsabilidade compartilhada, tanto nos aspectos emocionais quanto nos práticos do cotidiano familiar. A partir dessa nova concepção, observa-se o surgimento de um modelo de paternidade mais sensível, próximo e plural, no qual cada homem constrói sua forma de ser pai em consonância com sua história, valores e contexto social.

Nesse cenário, compreender como a necessidade de ser amado impacta as expectativas de respeito e reconhecimento torna-se essencial para analisar as mudanças no comportamento paternal. O exercício da função paterna, hoje, está intimamente ligado à afetividade, à presença e à responsabilidade emocional, aspectos fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança e para a construção de laços familiares baseados na confiança, no respeito e no pertencimento.

Assim, este estudo propõe refletir sobre as mudanças no comportamento paternal e sobre como a busca por amor, aceitação e reconhecimento influencia a maneira como os homens vivenciam a paternidade no contexto contemporâneo, destacando as transformações históricas, culturais e psicológicas que permeiam essa experiência.

2. Mudanças no comportamento paternal: como a necessidade de ser amado impacta as expectativas de respeito

O processo de construção da paternidade é uma jornada complexa e multifacetada, influenciada por uma variedade de fatores individuais, sociais e culturais. Tornar-se pai envolve uma série de emoções e desafios que se estendem desde a gravidez até os primeiros dias após o nascimento do bebê. Durante esse período de transição, os homens são chamados a redefinir seus papéis e assumir novas responsabilidades nas relações familiares, indo além do

provedor financeiro para se envolver emocionalmente e participar ativamente dos cuidados com a mulher e o bebê (Krob et al., 2009; Moares e Granato, 2016).

Conforme descrito acima pelo autor percebe-se que paternidade é um processo em transformação, influenciado por fatores sociais e culturais, e que os homens estão sendo convidados a desempenhar um papel mais afetivo e participativo na vida familiar.

A partir da década de 1970, o interesse pelo envolvimento paterno passou a ganhar destaque, e conforme Lamb (2000), as pesquisas revelam que o pai tem desempenhado diversas funções no cuidado dos filhos, o que gera efeitos positivos no desenvolvimento infantil. O envolvimento paterno pode abranger desde cuidados básicos, estabelecimento de limites, até o estímulo ao desenvolvimento motor, controle da agressividade, competitividade e habilidades sociais. Nesta pesquisa, adota-se o conceito de envolvimento paterno conforme proposto por Lamb (2000), que o define a partir de três dimensões principais: interação, disponibilidade e responsabilidade.

O autor, através de sua fala, mostra que o pai é uma figura essencial no desenvolvimento infantil e que o envolvimento paterno é um fenômeno complexo, composto por múltiplas formas de participação — e não apenas pela presença física ou pelo sustento econômico.

A interação refere-se ao tempo que o pai passa diretamente com a criança, seja auxiliando em atividades escolares, alimentando-a ou brincando. A disponibilidade envolve um nível de interação menos intenso, como quando o pai está presente na casa, mas não necessariamente na mesma sala, sendo acessível à criança caso ela necessite. A responsabilidade diz respeito às ações do pai para garantir o bem-estar dos filhos, assegurando suas necessidades básicas e emocionais (Lamb et al., 1985/1997 apud Doneli e Tralli, 2020).

Assim, vê-se que o envolvimento paterno vai muito além do simples “tempo de qualidade” com os filhos, pois segundo os autores, ser um pai presente envolve não somente agir para manter o subsídio de sobrevivência, mas também estar ativamente envolvido mantendo a interação, sempre disponível quando necessário e assumir responsabilidades pelo bem-estar da criança.

É relevante destacar que o envolvimento paterno, apesar de ser um fenômeno psicológico, está profundamente interligado com o contexto social, histórico e cultural. Ou seja, entende-se aqui que a paternidade é uma construção social e deve ser analisada dentro desse panorama. Neste sentido, Turcotte e Gaudet (2009) identificam três fatores principais que afetam diretamente o envolvimento paterno: as características pessoais do pai, o contexto familiar no qual ele está inserido e o ambiente social que o cerca.

O Pai, na perspectiva psicanalítica, representa o princípio da realidade, uma lei que cria um ambiente favorável para a racionalização, singularidade, simbolização, processos criativos e

até mesmo a formação da imagem corporal (Almeida, s.d.). Por meio do vínculo com o filho, o pai facilita o desenvolvimento social e cognitivo da criança e a auxilia no processo de inclusão e adaptação ao meio social (Mahler, 1993).

Nolasco (1995) analisa a história da paternidade, argumentando que desde a década de 1930 ocorreram mudanças graduais no significado de ser pai. O modelo tradicional de pai, visto como uma figura de autoridade e disciplinador, apoiado em normas rígidas e distante emocionalmente, evoluiu para um pai mais envolvido, respondendo às necessidades emocionais e práticas apresentadas na relação com os filhos. Estudos de Sutter e Maluschke (2008) sobre masculinidade e paternidade participativa revelaram que os pais modernos demonstram uma maior amorosidade, intensidade emocional, sensibilidade e prazer nos cuidados com os filhos. Da mesma forma, Balancho (2004) encontrou em seu estudo sobre as transformações intergeracionais que pais e avós descrevem os pais contemporâneos como mais sensíveis, presentes e emocionalmente próximos.

Gomes e Resende (2004), ao pesquisarem a paternidade em famílias contemporâneas, descobriram que os participantes, que tiveram relações frias e distantes com seus próprios pais durante a infância e adolescência, sentiram-se motivados a resistir aos papéis tradicionalmente impostos a eles, buscando recriar um novo modelo de paternidade. Sob o mesmo ponto de vista, Balancho (2004) observa que as mudanças sociais, familiares e culturais, juntamente com o maior acesso à educação e ao conhecimento sobre psicologia infantil, são fatores que explicam essas diferenças intergeracionais na representação do pai. No entanto, ele ressalta que a consistência dessas mudanças e sua disseminação em todas as culturas e níveis socioeconômicos ainda não são claras.

3. Concepções familiares

Sob a ótica das concepções de família como “modelo antigo”, está a demarcação da precisão de identidade de gênero ou das figuras masculinas e femininas, que apresentam características direcionadas em comportamentos, atitudes e interesses, num momento no qual o casamento é considerado indissolúvel e ligado à reprodução e ao papel da mulher como cuidadora do lar e dos filhos. Já o conceito de família pelo “modelo novo” traz uma marca identitária fluida, com a mulher participando ativamente do mercado de trabalho. Nessa ótica, a sexualidade não está atrelada obrigatoriamente à reprodução e os casamentos podem ser rompidos quando uma das partes desejar Trage e Donelli (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004 apud Trage e Donelli, 2020).

Quanto à família tradicional, os autores indicam que havia uma preocupação com a

transmissão do patrimônio, e, por isso, os casamentos eram arranjados pelos pais dos noivos. A questão do amor e a vida sexual do casal não eram levados em consideração nessa época, havendo submissão da família frente à autoridade patriarcal. Já a família moderna, também designada de família nuclear ou família conjugal burguesa, emergiu junto a ascensão da burguesia do século XVIII, seguindo, justamente, o sistema de valores burgueses. Nessa fase, diferentemente da anterior, impera o amor entre os cônjuges, se estabelecendo uma relação hierárquica entre homens e mulheres. Os cuidados e o bem-estar dos filhos têm importância central nessa relação (COSTA, 1983; REIS, 2010; ROUDINESCO, 2003 apud Trage e Donelli, 2020). A divisão de tarefas dentro do ambiente familiar colocou o homem como responsável pela produção, ou seja, pelo sustento do lar, enquanto a mulher era incumbida dos cuidados dos filhos e da casa (CÚNICO; ARPINI, 2013; REIS, 2010; SILVA, 2010 apud Trage e Donelli, 2020).

A mulher, por ser responsável pelas atividades domésticas, passa a ser vista como um ser frágil e não apto à atividade intelectual, que abre mão de seus desejos e vontades para dedicar-se à família. A imagem do homem, em contrapartida, se mostrava como forte e vigorosa, ao desempenhar seu papel como provedor da família, inclusive na formação de valores morais (BADINTER2, 1985; COSTA, 1983; CÚNICO; ARPINI, 2013; REIS, 2010; ROUDINESCO, 2003; SILVA, 2010 apud Trage e Donelli, 2020).

Os autores indagam que, historicamente, a sociedade criou estereótipos de gênero que colocaram a mulher em uma posição de inferioridade intelectual e emocional, enquanto o homem foi idealizado como o pilar racional e moral da família. Essa visão contribuiu para a desigualdade entre homens e mulheres nas esferas social, profissional e educacional.

Tanto na estruturação do modelo de família tradicional ou moderna, a paternidade se revelava essencialmente por uma relação fria, distante e autoritária com os filhos, não havia manifestações de afeto. Era marcada pela ideia da diferença, calcada na hierarquia familiar, em que o adulto era detentor do saber, fazendo isso prevalecer através da sua autoridade. O pai desempenhava uma função educadora e disciplinadora, sendo simbolicamente importante para as crianças como modelo de poder e autoridade (BENCZIK, 2011; FREITAS; COELHO; SILVA, 2007; GABRIEL; DIAS, 2011; RAMIRES, 1997).

Os autores citados acima apontam que, historicamente, a paternidade foi concebida como um papel institucional e moral, e não como um vínculo emocional. O pai era um exemplo de poder e disciplina, e não de proximidade e afeto.

A família moderna calcava-se em um modelo de relações afetivas, sexuais e hierárquicas (CÚNICO; ARPINI, 2013; SILVA, 2010 apud). A crise nessa configuração familiar instaurou-se na virada do século XX, pois o modelo da família burguesa seguiu trajetórias diferentes,

produzindo efeitos distintos nas diversas classes sociais, fazendo com que a família se despatrimonializasse e a figura masculina perdesse sua rígida hierarquia de dominância (CÚNICO; ARPINI, 2013; PEREIRA, 2011; PERUCCHI; BEIRÃO, 2007; PETRINI, 2005; REIS, 2010; SILVA, 2010).

Os autores mostram que, com as mudanças sociais do século XX, a família moderna passou por uma crise que enfraqueceu o modelo patriarcal e hierárquico, tornando as relações familiares mais baseadas em afeto, parceria e igualdade — embora esse processo tenha ocorrido de forma desigual entre diferentes classes sociais.

Ainda sobre esse assunto, OLIVEIRA; PELLOSO, 2004 et al, esse cenário conduziu a mulher ao mercado de trabalho e trouxe questionamentos e reformulações quanto ao lugar da mulher na sociedade. Isso contribuiu para a expansão do movimento feminista, o qual levou, inclusive, ao desenvolvimento de métodos anticoncepcionais, bem como passou a considerar a possibilidade do divórcio. Tais fatos repercutiram diretamente na família, pois o desempenho da mulher como esposa e mãe estava ligado ao sucesso e ao prolongamento do casamento.

4. Reformulação das novas concepções

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 veio a consolidar o que os movimentos sociais almejavam: os princípios fundamentais para o ordenamento jurídico brasileiro. (GOLDANI, 1994). A partir desses princípios, dentre os quais o da cidadania e o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III), houve a reformulação de algumas concepções que orientavam as normas jurídicas no Brasil. Com a Constituição de 1988, aboliu-se a distinção entre filhos nascidos na constância do matrimônio e aqueles tidos fora do casamento, não havendo, assim, ilegitimidade de filhos tidos fora do casamento. Também se previu a igualdade de gênero, bem como o reconhecimento da união estável como forma de organização familiar (FONSECA, 2005; PEREIRA, 2011apud Trage et al).

Permeada por essas mudanças é que se constitui a família contemporânea ou pós-moderna, na qual passa a ser admissível o rompimento entre os pares; ou seja, o casamento não é considerado mais um pacto familiar indissolúvel.

Diante dessa nova estruturação familiar, com mães ocupadas profissionalmente e não dedicadas exclusivamente ao lar, alterou-se também o papel exercido pelo homem no contexto da família, tanto na dinâmica dos cuidados com a casa quanto no exercício da paternidade, sendo, assim, necessária sua dedicação aos filhos, bem como às tarefas domésticas (CREPALDI et al. 2006).

Sobre esse assunto, diferentemente do modelo tradicional de paternidade, o pai da

atualidade, nessa estrutura familiar contemporânea ou pós-moderna, é demandado socialmente para que exerça uma paternidade mais implicada e ativa no que se refere à convivência e aos cuidados com os filhos (BOSSARDI; VIEIRA, 2010; GOMES; RESENDE, 2004; RAMIRES, 1997). Os estudos que buscam definir as funções paternas na família e no desenvolvimento infantil, contudo, não apresentam um consenso do que predomina como característica na paternidade de hoje. Bossardi e Vieira (2010) indicam que a diferença da paternidade pós-moderna para a moderna consiste em uma manifestação mais explícita de sentimentos dos pais com os filhos, assim como um contato físico mais próximo e íntimo. O modelo de paternidade contemporâneo é chamado, segundo Bolze e Crepaldi (2015), de emergente. Nele, identifica-se que há uma pluralidade de modos de ser pai e isso não pode ser entendido apenas com base na sua relação com a família de origem: “O jeito de ser pai será sempre muito particular de cada um e estará relacionado à história de vida, a características individuais e a processos familiares, às necessidades que surgirem pelo caminho, ao contexto social e à cultura” (BOLZE; CREPALDI, 2015, p. 40, apud Tralle et al, 2020).

A paternidade contemporânea é diversa e afetiva, Não há mais um único modelo de pai. Cada um constrói sua forma de ser pai a partir de sua própria história, mas com uma tendência geral de maior envolvimento emocional e prático com os filhos.

Bossardi et al, (2010) complementa que diferentemente do modelo tradicional de paternidade, o pai da atualidade, nessa estrutura familiar contemporânea ou pós-moderna, é demandado socialmente para que exerça uma paternidade mais implicada e ativa no que se refere à convivência e aos cuidados com os filhos.

O autor citado no paragrafo acima e colegas explicam que o “novo pai” é socialmente chamado a ser mais presente, cuidadoso e emocionalmente envolvido com os filhos — um contraste com o pai tradicional, que tinha um papel mais distante e voltado apenas ao sustento da família.

A história da paternidade, a partir do fim do século XIX, retrata a lenta erosão de um modelo jurídico que aliava a hierarquização dos sexos e a desigualdade dos estatutos ligados à filiação e que, aos poucos, vai dando lugar a um ideal dominado pelo princípio de igualdade entre homens e mulheres, pais e mães, assim como entre seus filhos. Dessa forma, a redefinição da paternidade se inscreve na passagem de uma concepção profundamente assimétrica das relações de gênero no interior do casal e da família àquela de um “casal duo” fundado, em princípio, na igualdade (THÉRY, 2007 apud Martial, 2010), ao longo de uma evolução marcada pela abolição do poder paterno e marital e pela dualização da noção de chefe de família, até a eclosão da noção contemporânea de coparentalidade.

Pai e mãe têm hoje, no casamento e fora deste, durante sua vida comum, mas também

além do casal, os mesmos direitos e deveres do ponto de vista da filiação e do exercício da autoridade parental. A paternidade deve encontrar seu lugar nesse novo agenciamento das relações e dos estatutos, tanto do ponto de vista da divisão dos direitos e deveres parentais quanto da responsabilidade pelas tarefas relativas à educação dos filhos.

Dermott (2008) apud Martial (2010) observa, em sua análise da paternidade contemporânea, que a questão do tempo é abordada de maneira diferente pelos pais casados e pelos pais que se tornaram “não residentes”. Os primeiros não fazem do tempo uma questão central em sua relação com o filho – o que justifica implicitamente o fato de serem menos disponíveis do que suas companheiras –, já os últimos insistem sobre a significação de uma temporalidade contada, exprimindo o sentimento de um desapossamento, de uma perda de controle de sua relação com os filhos (DULAC, 1995; BRADSHAW et al, 1999; TRINDER et al, 2002). A ausência de cotidiano partilhado abala ainda a evidência, a espontaneidade e a intimidade das relações paternas, inteiramente contidas, a partir de então, nas “visitas” do filho, que têm que dar certo a qualquer custo.

Portanto, acredita-se que, na tríade familiar, a criança tece os laços que desenvolverá para si em vínculos futuros. Ao sentir-se amada, cuidada e protegida pelo pai em um vínculo de afeto, ela acreditará que, no futuro, terá direito a esse afeto vindo de outros e, assim, construirá bases mais sólidas de relacionamento afetivo e de pertencimento. A função paterna é da ordem do simbólico, como aquilo que é percebido pela criança, e, inúmeras vezes, é muito diferente do ser pai real. Trata-se da construção de subjetividade mediada pelo desejo e pela lei social. Por conseguinte, exigem-se presença e investimento afetivo e contínuo do pai, em uma construção que não cessa, pois, em cada etapa do desenvolvimento, são esperadas do pai atuações diferentes, mantendo, porém, a matriz afetiva e da lei. (Kuster,2015).

5. Função paterna atual

Exatamente por ser construção vincular entre o pai e a criança, alguns pré-requisitos se tornam essenciais nesse processo, a saber:

1. A criança precisa sentir-se amada e protegida de perigos comuns do dia a dia, sendo o pai aquele que dá o contorno e o limite do ambiente.
2. A criança precisa sentir-se importante para o pai, o qual a fará sentir-se assim com gestos carinhosos, inclusão em sua vida pessoal e profissional, com tempo disponível para cuidar, ouvir o que a criança tem a dizer, brincar, conversar etc.
3. A criança precisa confiar no pai e sentir-se em segurança com ele, o qual pode conquistar isso sendo presença constante no dia a dia, contando histórias que a incluam, desenhando juntos coisas que a interessam, vivenciando hábitos comuns do dia a dia etc.
4. A

criança precisa sentir que o pai lhe ensina coisas da vida e é referência de regras e modos de convivência, considerando-se os valores e os estilos de vida familiar e social. 5. A criança precisa sentir que o pai também coloca limites à mãe, principalmente no que diz respeito a seus caprichos e relacionamento com a criança. 6. A criança precisa sentir que o pai a ajuda a inserir-se no mundo social, sendo referência de quem ser e como ser. 7. A criança precisa sentir que o pai a ensina a suportar limites e adiar instintos e que se submeter à lei dá segurança e proteção, mesmo que, a princípio, não os entenda e queira negociar ou burlar as leis. (Kuster, 2015).

A mesma autora (2015), segue a fixar que cabe ao pai não somente ser o representante da lei social, mas também submeter-se à mesma lei, pois a criança aprenderá muito mais por exemplo do que por palavras. A obediência à lei é um ato de filiação e de ordem social, sendo, inclusive, agente de equilíbrio e de inserção no mundo de forma adequada e construtiva.

Por fim, conforme Kuster (2015), a função paterna vem assumindo, ao longo da História, vários momentos que mostram a vinculação entre pai e criança, considerando-se os âmbitos social e cultural, desde provedor econômico da família a representante da lei social que oportuniza pertencimento e limites, oferecendo segurança. Espera-se do pai do século XXI que seja alguém que cuida, ama e protege, em uma relação vincular e de presença qualificada que se constrói no dia a dia, sem perder o lugar de ser aquele que faz surgir a marca da lei no psiquismo da criança, em prol de adultos mais integrados, considerando-se a cultura e o ambiente social em que estão inseridos. O exercício da função paterna é considerado aquilo que vai dar contorno ambiental à criança, protegendo-a de perigos e preparando-a para a convivência pacífica com os demais, garantindo-lhes o pertencimento e o vínculo de forma gratificante e inclusiva, ao mesmo em tempo que é matriz dos futuros vínculos afetivos que a criança desenvolverá com outros ao longo da vida.

Conclui-se que a função paterna hoje não se resume à autoridade ou ao sustento, mas integra amor, presença, proteção e limite. Ela é essencial para formar pessoas emocionalmente seguras, socialmente integradas e capazes de se vincular de forma saudável.

Nessa perspectiva, Silva e Oliveira (2025) destacam que o ambiente familiar exerce influência significativa na formação da personalidade, do autoconceito e das competências socioemocionais da criança. Segundo as autoras, práticas parentais positivas, fundamentadas no afeto, no diálogo, na orientação e no acompanhamento adequado, contribuem para o fortalecimento dos vínculos familiares e para um desenvolvimento emocional mais saudável. Aplicada ao exercício da paternidade, essa compreensão demonstra que a presença paterna não deve se restringir ao provimento material ou à imposição de autoridade, mas deve envolver disponibilidade emocional, escuta, cuidado e participação ativa na vida dos filhos,

favorecendo a construção da autoestima, da segurança emocional e do respeito nas relações familiares.

6. Considerações finais

A análise sobre as transformações da paternidade ao longo do tempo evidencia que o papel do pai passou por profundas ressignificações, acompanhando as mudanças sociais, culturais, jurídicas e emocionais da família. Se, no passado, o pai era visto como figura de autoridade, provedor e disciplinador, hoje ele é convocado a exercer uma paternidade mais afetiva, participativa e consciente. Essa transição reflete não apenas uma mudança de comportamento individual, mas uma transformação estrutural nas concepções familiares e nas expectativas sociais relacionadas ao gênero e ao cuidado.

A partir da Constituição Federal de 1988 e das conquistas dos movimentos sociais, emergiu um novo modelo de família pautado na igualdade, na coparentalidade e na valorização dos vínculos afetivos. Nesse contexto, o pai contemporâneo é desafiado a equilibrar amor e autoridade, proteção e limite, presença e responsabilidade. A necessidade de ser amado e reconhecido pelos filhos passa, então, a influenciar suas atitudes e expectativas, redefinindo também a forma como o respeito é construído nas relações familiares.

O envolvimento paterno, conforme apontam diversos autores, ultrapassa a dimensão material e assume um caráter simbólico e emocional. Ser pai hoje implica estar disponível, interagir, assumir responsabilidades e contribuir ativamente para o desenvolvimento emocional e social da criança. Essa nova configuração da função paterna favorece a formação de indivíduos mais seguros, empáticos e preparados para estabelecer vínculos saudáveis ao longo da vida.

Portanto, a paternidade contemporânea pode ser compreendida como um processo dinâmico e contínuo, em que o pai busca constantemente equilibrar afeto, autoridade e presença. Longe de um modelo fixo, ela se constrói a partir da singularidade de cada homem, de sua história de vida e do contexto cultural em que está inserido. O pai do século XXI é, assim, um agente de afeto e de lei, cuja função essencial é proporcionar pertencimento, segurança e amor, contribuindo para uma sociedade mais justa, sensível e humanizada.

Referências

DE OLIVEIRA SILVA, Dione Maria Pereira; DE OLIVEIRA, Shirleia Moraes. Educação emocional como estratégia pedagógica: impactos cognitivos e sociais nos anos iniciais em uma escola da rede estadual do Amazonas. **REBENA-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 12, p. 30-45, 2025.

DULAC, Germain. Rupture d'union et déconstruction du lien père-enfant. **P.R.I.S.M.E.**, v. 5, n. 2-3, p. 300-312, 1995.

GOMES, A. J. S.; RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 119-125, 2004. Apud DORNELES et al., 2019.

KUSTER, M. O. A importância da função paterna no desenvolvimento da criança. **Revista de Pediatria SOPERJ**, v. 15, n. 1, p. 32-39, 2015.

LAMB, M. E.; PLECK, J. H.; CHARNOV, E. L.; LEVINE, J. A. Paternal behavior in humans. **American Zoologist**, v. 25, n. 3, p. 883-894, 1985.

MAHLER, M. S. **O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Apud DORNELES et al., 2019.

MARTIAL, Agnès. Paternidades contemporâneas e novas trajetórias familiares. [S. l.: s. n.], [s. d.].

TURCOTTE, G.; GAUDET, J. Conditions favorables et obstacles à l'engagement paternel: un bilan des connaissances. In: DUBEAU, D.; DEVAULT, A.; FORGET, G. (org.). **La paternité au XXI^e siècle**. Québec: Presses de l'Université Laval, 2009. p. 39-70. Apud DORNELES et al., 2019.